

A representação de práticas de leitura feminina através das personagens Helena, D. Úrsula e Iaiá Garcia

Resumo

O presente trabalho investiga a representação de práticas de leitura feminina através das personagens machadianas Helena, D. Úrsula e Iaiá Garcia. Dessa forma, os romances estudados serão *Helena* (1876) e *Iaiá Garcia* (1978). Fundamentado em estudos de Lajolo e Zilberman (1999), Mary Del Priore (2001), Beauvoir, 2009, entre outros pesquisadores, este artigo revela também a posição social da mulher do século XIX e o comportamento das leituras femininas em uma sociedade patriarcal. Assim, será analisado até que ponto a ideologia de que a mulher oitocentista era um ser inferior pôde influenciar em suas práticas de leitura. Além disso, para melhor entendimento dessa proposta de trabalho, serão definidos termos como leitor, leitura e práticas de leitura.

Palavras- chave: Práticas de leitura; século XIX; Helena; D. Úrsula; Iaiá Garcia.

1 Introdução

Este trabalho apresenta uma investigação acerca da representação de práticas de leitura feminina, através das personagens machadianas Helena, D. Úrsula e Iaiá Garcia. Os romances estudados serão *Helena* e *Iaiá Garcia*, ambos ambientados no século XIX e de autoria do escritor Machado de Assis. Escolhemos esse autor e as obras indicadas, por acreditarmos que seus livros ambientam de forma significativa as características culturais do século XIX, e o perfil do leitorado feminino.

As práticas de leitura de um determinado grupo representam seu modo de conceber a vida. Lajolo afirma que a literatura na atualidade oferece gêneros e estilos para todos os gostos, como por exemplo, “romances de amor para quem curte histórias cheias de beijos intermináveis e quentes, e romances sem amor para quem se amarra em histórias de tráfico, bandidagem e armamento pesado [...]” (LAJOLO, 2001, p. 09).

Assim, é cultural que uma mulher romântica, por exemplo, prefira ler romances em que encontre histórias de amor com um final feliz. Em contrapartida, é possível que uma pessoa que conceba a vida como uma sequência de acontecimentos inesperados, opte por uma obra de suspense. Há também aqueles que gostam de se sentirem bem informados, preferindo ler revistas, jornais e outros gêneros informativos que abordem questões de seu interesse. Dessa forma, a

escolha da leitura acompanha o perfil do leitor. Em outras palavras, o leitor procura o texto que mais se adéqua à sua situação (CHARTIER, 2002, p. 24).

A leitura faz com que o ser humano conheça novas formas de viver, e, dessa forma, reinvente a sua própria história. É por isso que muitos livros eram considerados impróprios para a mulher “ideal”, no período do oitocentos brasileiro. A definição de mulher “ideal” para a sociedade do século XIX está associada ao perfil de mulher submissa ao homem, que fosse preocupada com as tarefas domésticas, com a educação dos filhos e que se ocupasse com estratégias para agradar ao marido.

2 O lugar da mulher na sociedade patriarcal brasileira

A sociedade oitocentista era tradicionalmente patriarcal, ou seja, a família estava sob o controle do homem. Dessa forma, a mulher não tinha um lugar privilegiado, seu papel era saber cuidar bem do marido e filhos, para tanto, sua educação era voltada para os trabalhos domésticos.

Além disso, de acordo com Lajolo e Zilberman, depoimentos do século XIX assinalam acerca das mulheres oitocentistas, que “predominava entre elas a ignorância, má aparência, frivolidade e violência sobre os escravos” (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 240).

Observe esse depoimento feito por John Luccock, que segundo as autoras viveu no Brasil, com pequenas interrupções entre 1808 e 1818, em que ele denuncia como era tratada a mulher no século XIX:

É preciso que se lembre que as mulheres das classes altas e médias, e especialmente as mais moças, vivem muito mais reclusas que em nossa própria terra. O pouco contacto que os costumes com elas permitem, dentro em breve, põe a nu a sua falta de educação e instrução. [...] A ignorância que entre elas predomina, ao tempo em que vieram o Regente com seu séquito, era enorme, de todos reconhecida e muito lamentada pelos recém-vindos; transcorridos poucos anos, talvez que a coisa estivesse de algum modo remediada, mas a melhora não foi substancial (LUCCOCK, apud LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p. 240).

É revelado com esses depoimentos que pertencer ao sexo feminino era sinônimo de ignorância e exclusão. A mulher brasileira da sociedade oitocentista era proibida de sair sozinha pelas ruas, mesmo acompanhada aparecia poucas vezes em público. Dessa forma, não é de se estranhar que a falta de contato com as pessoas, revelem uma mulher que não saiba conversar adequadamente com uma

visita, por exemplo. Sendo, dessa forma, alvo de críticas de quem conhece culturas em que a mulher é tratada de forma diferente.

Ser mulher no século XIX significava ser submissa ao homem: quando moça devia obediência ao pai; quando casada, era o marido que exercia todo o poder sobre ela. Em outras palavras pertencer ao sexo feminino na sociedade oitocentista era ser inferior ao homem e a ele pertencer:

[...] A liberdade de espírito, herdada no século XVIII, não fere a moral familiar; esta permanece tal qual a definem, no início do século XIX, os pensadores reacionários como Joseph de Maistre e Bonald. Estes assentam na vontade divina o valor da ordem e reclamam uma sociedade rigorosamente hierarquizada: a família, célula social indissolúvel, será o microcosmo da sociedade. “O homem está para a mulher como a mulher para a criança; ou o poder para o ministro como o ministro para o súdito”, escreve Bonald. Assim, o marido governa, a mulher administra, os filhos obedecem. O divórcio é naturalmente proibido e a mulher é confinada ao lar. “As mulheres pertencem à família e não à sociedade política, e a natureza as fez para as tarefas domésticas e não para as funções públicas” afirma ainda Bonald [...] (BEAUVOIR, 2009, p. 167).

Dessa forma, Bonald deixa claro que a mulher, assim como os filhos, é governada pelo marido e a sua função se restringe somente ao ambiente doméstico, ou seja, cuidar da casa, dos filhos e do marido, respeitando-o como seu chefe natural. Questões sociais não diziam respeito à mulher, era papel do homem se preocupar com questões públicas. Sendo que a maternidade era o compromisso máximo da mulher exigido pela sociedade de seu tempo.

A mulher pertencia ao homem como se fosse uma mercadoria, pois ela dependia do homem para ter uma representação na sociedade, mesmo que esta representação significasse ajudar ao homem a ostentar sozinho seu status. Além disso, a mulher dessa época vivia presa ao ciclo: preparação para o casamento, esperar um marido arranjado pelo pai, casar e viver em função de cuidar do marido e dos filhos. O casamento era uma exigência social nesse período. Sendo assim, desde criança a menina era educada para o casamento. Aprender a cozinhar, organizar o lar, bordar, bem como, ser compreensiva, não irritar o marido, ser apaziguadora do lar, entres outras lições, faziam parte da educação das meninas e moças da sociedade oitocentista. Algumas dessas características podem ser observadas no romance *Helena*, em que o narrador descreve as qualidades da protagonista:

Era pianista distinta, sabia desenho, falava correntemente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e toda a sorte de trabalhos feminis. Conversava com graça e lia admiravelmente. Mediante os seus recursos, e muita paciência, arte e resignação, — não humilde, mas digna, — conseguia polir os ásperos, atrair os indiferentes e domar os hostis (ASSIS, s.d, p. 13).

Helena é descrita como uma criatura afável, dotada de conhecimentos artísticos, e como não poderia faltar na moça do século XIX, possuía também os conhecimentos dos trabalhos domésticos, indispensáveis para conseguir uma marido (economicamente falando). Belman *apud* Lajolo e Zilberman (1999), descreve a moça brasileira prendada semelhante à Helena: “No Brasil, a moça bem educada, de boa formação (uma moça muito prendada) é aquela que com um pouco de música e de francês, sabe dançar um solo inglês, sabe bordar, fazer crochê e conhece a difícil arte de descascar, com gosto, uma laranja” (BELMAN *apud* LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p. 242).

Nessa época, caso uma moça não conseguisse casamento, era considerada como a grande vergonha da família, e vista como um perigo aos “bons costumes”, pois acreditava-se que uma mulher não tendo um homem que lhe ofereça sexo para equilibrar seus hormônios, podia não conseguir viver sem sexo e transar com qualquer homem por necessidade biológica. Isso leva a desonra da família, pois dessa forma a mulher irá fugir dos padrões sociais que lhe são exigidos:

O casamento e a maternidade eram a salvação feminina; honesta era a esposa-mãe de família; desonrada era a mulher transgressora que desse livre curso a sexualidade ou tivesse comportamento em desacordo com a moral cristã. (ALMEIDA, 2007. p. 66).

Almeida (2007) faz uma relação entre o lugar social feminino e a maternidade. O papel da mulher, como já fora afirmado, no século XIX se restringia em casar e ter filhos, pois a maternidade era uma função biológica e social. Uma mulher estéril não tinha valor social, visto que ela não conseguiria cumprir o papel que a sociedade tinha determinado.

Dessa forma, podemos observar que ao seguir os padrões estabelecidos pela sociedade, a mulher fica sendo marginalizada, sempre servindo de suporte para a ascensão do seu marido, e cuidando do bem estar da sua família, seus desejos e vontades peculiares não tem nenhuma importância. Do mesmo modo, como não se

casando, a mulher perde o respeito de todos, inclusive da própria família, pois fica vulnerável às questões hormonais e conseqüentemente ao sexo sem o casamento, e isto também implica uma coerção por parte da sociedade.

Além disso, o casamento era uma forma de ascensão social ou manutenção do *status*. As mulheres casadas deviam contribuir para a mobilidade social de sua família, através de seus comportamentos em salões como anfitriãs, e também na vida cotidiana. A mulher devia passar a ideia de que era uma mãe dedicada e atenciosa. Os homens eram bastante dependentes da imagem que as mulheres passavam para a sociedade, assim as mulheres (esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas) tinham a função, também, de cuidar da imagem do homem público (PRIORE, 2001, p. 229).

3 O perfil de leitora Do século XIX

Antes de abordar o perfil da leitora do oitocentos brasileiro, vamos traçar conceitos que consideramos importante para o entendimento desse capítulo. Assim vamos definir o os conceitos de leitor, leitura, e práticas de leitura.

O perfil de leitor de acordo com Aguiar, não é sinônimo de decodificador, bem como o ato da leitura não tem como objetivo principal decifrar apenas os códigos lingüísticos:

O ato de ler é, por definição, solitário, envolvendo o mergulho do leitor na decifração do código, na compreensão da significação expressa e no preenchimento dos não-ditos, que são passíveis de virem à luz no diálogo com as idéias expostas. A partir daí, a atividade pode se socializar, quando o leitor traz para o seu mundo os sentidos percebidos e coletiviza a leitura no debate com o grupo e na criação de outras formas expressivas (AGUIAR, 1994, p. 102).

Em outras palavras, ser leitor é dar significado ao que ler. É saber usar sua experiência de mundo para estabelecer um diálogo com o autor. Para isso é necessário que se tenha conhecimento dos códigos, mas esse conhecimento não é garantia de uma boa leitura.

Ainda falando acerca de leitores, Iser afirma que:

Pues el texto de ficción, como sistema de signos no-denotadores, en primer término está abierto, y esto significa que no se agota en la relación de los datos empíricos previamente encontrables. Consecuentemente, se ofrece al lector como una oferta de estructuración, mediante la que algo puede ser constituido y que en el mundo empírico de los objetos ciertamente no ha sido dado. Pero para este proceso de constitución deben reclamarse los mismos presupuestos que los que en general son válidos para los actos de comprensión: la constitución de la consistencia. Ésta tiene lugar como consecuencia permanente de las figuras que hay que cerrar. Así, la constitución de la figura discurre en oposición a la apertura del texto, y la parte de ilusión se corresponde con el grado en que está cerrado (ISER, 1976, p. 201).

Nesse contexto, leitura não pode mais ser definida como ‘decodificação dos símbolos linguísticos’, pois isso não garante a compreensão do texto. Ler é compreender, é dar significação para aquilo que decodificou. Assim, nessa perspectiva o objetivo da leitura não é ler para procurar o que o ‘leitor quis dizer’, e sim quais os significados que o leitor consegue retirar do texto.

Quanto às práticas de leitura, de acordo com Bortolanza (2009) é descrito da seguinte forma:

[...] a aparente liberdade dos leitores se inscreve no espaço de reescrita do texto no ato da leitura. Os leitores se movem no espaço determinado historicamente em que se dão as relações sociais, ou seja, suas leituras são controladas, condicionadas e/ou reprimidas por estratégias que obedecem a um código de censura que direciona as práticas e determina os modos de leitura (BORTOLANZA, 2009, p. 03)

Complementando esta ideia, Chartier (2002) declara:

Por um lado, a leitura é prática criadora, actividade produtora de sentidos singulares, de significações de modo nenhum redutíveis as intenções dos autores de textos ou dos fazedores de livros: ela é uma «caça furtiva», no dizer de Michel de Certeau. Por outro lado, o leitor é sempre pensado pelo autor, pelo comentador e pelo editor como devendo ficar sujeito a um sentido único, a uma compreensão correcta; a. uma leitura autorizada. Abordar a leitura é, portanto, considerar, conjuntamente, a irredutível liberdade dos leitores e os condicionamentos que pretendem refreá-la (CHARTIER, 2002, p. 123).

Assim, as práticas de leitura de um determinado grupo estão condicionadas ao momento histórico e a sociedade em que este grupo está inserido. É por isso que livros que insinuassem momentos íntimos entre os personagens eram considerados

um grande mal que deveria ser evitado pelas mulheres de 'boa família', pois, acreditava-se que ao ler tais livros, a mulher desejaria imitar as ações 'pecaminosas' de tais personagens. Essas situações consideradas pecaminosas poderia ser uma pequena mentira, ou até mesmo, o adultério. Assim sendo, se torna relevante estudar as práticas de leituras das mulheres do século XIX, época em que pertencer ao sexo feminino significava ser submissa ao sexo masculino. Além disso, as práticas sociais da classe feminina eram limitadas. À mulher cabia administrar bem o lar, educar os filhos e agradar ao marido.

Dessa forma, pode ser afirmado que a vida particular dentro dos lares pertencia à mulher, e a vida pública, como participação na política, cabia ao homem. Partindo desses pressupostos, pode-se pensar que as práticas de leitura das personagens femininas estudadas favoreciam o papel determinado pela sociedade para a mulher, ou seja, ser boa gerenciadora do lar, boa mãe e boa esposa.

Esse panorama desfavorece a construção da leitora crítica brasileira, uma vez que as mulheres eram vistas como um ser à margem da cultura, e assim viviam afastadas da vida pública para manter o perfil de mulher ideal para a sociedade oitocentista. Lajolo e Zilberman comentam que a mulher brasileira demorou tanto para expandir o nível de suas leituras devido à educação que recebiam:

Não é, pois, de estranhar que as mulheres demorem muito a integrar-se ao horizonte da cultura elevada, atraindo desta forma a crítica condescendente que lamenta a baixa qualidade de sua leitura, como ocorre em *O Brasil e os brasileiros*, obra lançada em 1857 nos Estados Unidos, onde os missionários metodistas Daniel Kidder (no Brasil na década de 30) e J. C. Fletcher (no Brasil entre 1851 e 1865) criticam a tendência de as moças lerem romances açucarados e folhetins tidos por tolos [...] (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 243).

Em seguida as autoras completam:

O panorama decorrente dos depoimentos até aqui reproduzidos sugere que o universo de leitura da mulher brasileira é dos mais restritos, no que, aliás, se afina bastante à sociedade em que vive. Ilustrada na maioria dos casos, a mulher brasileira faz parte de um mundo para o qual o livro, a leitura e a alta cultura não parecem ter maior significado [...] (LAJOLO; ZILBERMAN, 1999, p. 245 – 6).

É no século XIX, de acordo com Santos,

que a leitura passa a ter a mulher como seu foco referencial, ainda que esta fosse tutelada pelos homens e pelo clero. Por ser o século influenciado por ideias Iluministas, era esperado que, através do progresso, os livros fossem capazes de auxiliar na reforma da cultura da sociedade, ainda que para isso estes tivessem que ser dispostos em forma de mercadoria (SANTOS, p. 02).

Diante do exposto, cabe examinar quem era a leitora do século XIX e o que lia. Os editores de jornais e revistas dessa época estavam bastante preocupados em atrair o leitor/ouvinte. Para tanto, investiam nas ilustrações, divisão de textos, seções, entre outros componentes estratégicos que influenciam e dirigem a leitura. Um exemplo dessas estratégias está presente no periódico *Espelho Fluminense* ou *Novo Gabinete de Leitura*. Essa revista feminina publicava folhetins (divididos entre várias edições), moldes e charadas. As narrativas eram quase sempre de caráter moralizante (PINA, 2002). Dessa forma, a leitora feminina da época estudada, apresentava um perfil de leitor que exigia uma condução para as suas leituras, em outras palavras de um guia. Esse guia era oferecido estrategicamente para influenciar a leitura. Havia também a preocupação de fazer com que o suporte de leitura viesse ‘recheado de presentinhos’, como por exemplo, molde da última moda européia, idéias de maquiagem e as receitas culinárias, pois a leitora deveria aprender a preparar pratos deliciosos para agradar aos filhos e principalmente ao marido. Havia também os tão esperados folhetins, divididos em várias edições, como estratégia para seduzir a leitora. Quanto às temáticas abordadas, era comum que tivessem um ‘tom’ moralizante, para educar as mulheres de acordo com os preceitos da sociedade oitocentista. Muitos desses folhetins não eram assinados ou apresentavam indicação de autoria apenas na última página. Isso revela que a leitora oitocentista brasileira provavelmente não estava preocupada com o que lia e ouvia (PINA, 2002).

O perfil de leitora, quanto às representações de leitura da mulher oitocentista, é descrito por Poulain *apud* Bortolanza:

As representações de leitura na pintura, de acordo com Poulain (1997) multiplicaram-se no século XX, solitárias ou acompanhadas, absortas ou mergulhadas na leitura, quase sempre as mulheres leitoras estabelecem com o escrito uma relação íntima, ainda mais presentes nos espaços privados, as leitoras são menos representadas em espaços públicos e lugares abertos. Em família, as mulheres aparecem lendo para os filhos ou entre elas; a figura masculina raramente está presente nessas leituras compartilhadas. Enfim, a leitura é representada como uma atividade feminina em meio

à costura, bordado e afazeres domésticos (BORTOLANZA, 2009, p. 04).

Embora o perfil de leitora descrito acima seja da leitora do século XX, esta afirmação também vai ao encontro da leitora do século XIX, já que ambas são representadas nas pinturas realizando suas leituras em ambientes domésticos.

De acordo com Santos (2010, p. 04), “com o desenvolvimento das cidades e da vida burguesa no Dezenove brasileiro, a mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social” e a participar das rodas de leituras muito comuns nestes locais. Nesses locais as mulheres também comentavam acerca de suas leituras em periódicos.

Sabe-se que as leituras que a mulher do século XIX realizava, estava condicionava com a educação que recebiam. Mas como era educada a mulher no período do oitocentos? De acordo com Santos e Oliveira (2010), a sociedade do século XIX era patriarcal e por esse motivo, o ser feminino tinha acesso limitado à educação:

Apenas algumas mulheres da elite conseguiam estudar através de professoras particulares contratadas pelos pais para dar aula em suas próprias casas. Elas sempre foram educadas para o serviço doméstico, não sendo permitido a mulher exercer outra função, o trabalho era sinônimo de homem, mulher não podia ou eles achavam que elas não eram capazes de desenvolver outra atividade a não ser cuidar da casa e dos filhos. A Educação das mulheres se restringia a atividades que fossem úteis ao ambiente doméstico, desprovidas de valor no mercado de trabalho da época, como costurar, aprender música ou desenvolver habilidades artísticas. O machismo perdurou por várias décadas, não permitindo o sexo feminino liberar seu lado profissional (SANTOS e OLIVEIRA, 2010, p. 02).

Dessa forma, percebemos que a educação feminina era sinônimo de educação para o lar. A mulher era educada somente para os serviços domésticos.

Ainda de acordo com as autoras, com a criação das “escolas de primeiras letras” em 1827, havia professores para os meninos e professoras para as meninas. Enquanto os meninos aprendiam geometria, por exemplo, as meninas aprendiam a costurar e bordar. A divisão das disciplinas para os sexos era explicada pelos costumes da época: como a mulher oitocentista tinha por obrigação moral o casamento, seus pais acreditavam que aprender geometria não a ajudaria a arranjar um bom marido.

Segundo Louro (2004) apud Santos e Oliveira,

Algumas órfãs eram educadas por ordens religiosas femininas, que tinham a intenção de preservá-las de qualquer vício e do mau caminho. As meninas filhas das elites privilegiadas tinham além das noções básicas da leitura e da escrita, aulas de piano e de francês que eram ministradas em suas próprias casas por professoras particulares ou em escolas religiosas. Eram acrescentadas também à sua educação as “habilidades com a agulha, os bordados, as rendas, as habilidades culinárias, bem como as habilidades de mando das criadas e serviçais (SANTOS e OLIVEIRA, 2010, p. 04).

Pelo exposto, fica claro que os dotes artísticos também eram apreciados nas mulheres, e a educação religiosa fazia parte de suas vidas, especialmente das órfãs, pois acreditava-se que estavam mais vulneráveis a seguir o “mau caminho”. Além disso, os dons artísticos era quase sempre um privilégio das mulheres de elite, pois seus pais tinham dinheiro para pagar professores de piano e francês.

4 A representação de práticas de leitura feminina através das personagens Helena, D. Úrsula e Iaiá Garcia

Helena, D. Úrsula e Iaiá Garcia são personagens femininas machadianas. Juntas fazem parte das personagens femininas ambientadas no século XIX que mais se destacaram. Entretanto, características tão comuns podem se diferenciar quando o assunto for práticas de leituras. Helena é a suposta filha (de uma relação extraconjugal) do Conselheiro Aires, que após a morte de seu pai, é revelada como filha legítima e a pedido do falecido vai morar com a tia e o irmão. Helena demonstra ser uma leitora ‘de carteirinha’:

— Pensa que gastei toda a tarde em fazer crochet? perguntou ela ao irmão, caminhando para a sala de jantar.

— Não?

— Não, senhor; fiz um furto.

— Um furto!

— Fui procurar um livro na sua estante.

— E que livro foi?

— Um romance.

— Paulo e Virgínia?

— Manon Lescaut.

— Oh! exclamou Estácio. Esse livro...

— Esquisito, não é? Quando percebi que o era, fechei-o e lá o pus outra vez.

— Não é livro para moças solteiras...

— Não creio mesmo que seja para moças casadas, replicou Helena rindo e sentando-se à mesa. Em todo o caso, li apenas algumas páginas. Depois abri um livro de geometria... (ASSIS, s.d, p.19).

Este trecho mostra claramente que havia a leitura destinada ao público feminino e a leitura destinada aos homens. Helena não entende nada de geometria, isso é compreensível se pensarmos que os escritores quando escreviam para as mulheres pensavam mais no lazer e na boa educação dessas mulheres, ou seja, boas esposas, e boas mães, em outras palavras a mulher ideal do século XIX. Assim, leituras que exigissem reflexão não eram destinadas às frágeis e românticas mulheres, pois não era necessário que uma mulher entendesse de geometria ou economia, por exemplo, isso caberia ao seu marido, à mulher caberia saber administrar bem o lar, pois eram educadas para tal. Essa divisão entre a leitura particular (feminina) e a leitura pública (masculina) é observável nas imagens de leitura da época em estudo – o homem geralmente lia em público, em cafés, por exemplo, e as mulheres geralmente liam sozinhas em seus quartos. Essa prática é observada por Maria Helena Werneck, apud Santos:

De acordo com Maria Helena Werneck, apenas o homem era capaz de fazer um julgamento exigente sobre o que lia. Assim, havia algumas distinções entre a leitura destinada aos homens e as mulheres. Os homens, em geral, liam em voz alta para um grupo de senhoras, enquanto elas o faziam no silêncio do quarto ou sentadas perto de uma janela. As leituras, quando realizadas em voz alta pelas mulheres, tinham o intuito de estreitar a intimidade entre os membros da família. Quando faziam a leitura silenciosa, as mulheres eram sempre supervisionadas pelos homens da casa, que escolhiam antecipadamente os romances considerados “ideais” e voltados ao público feminino, pois a prática da leitura silenciosa feminina não era vista com bons olhos pelos homens. Com a imaginação exaltada e excitada pelas paixões mundanas, a mulher negligenciaria seus deveres domésticos, preferindo o mundo da fantasia (SANTOS, 2010, p. 4 – 5).

As afirmações acima vão ao encontro da atitude de Helena no momento de suas leituras: Helena se dá conta que o livro que ela pegou na estante do irmão Estácio não é um livro indicado nem mesmo para mulheres casadas, pois *Manon Lescaut* narra a história de um rapaz de uma família respeitada que destrói a sua

vida porque se apaixonou por uma cortesã. Por conter este teor, *Manon Lescaut* se torna um livro proibido para as mulheres. Contudo, fica uma dúvida no ar, Helena realmente só leu algumas páginas do livro proibido? Ou já havia lido outras vezes?

Outra cena de leitura aparece na obra, representada pela personagem D. Úrsula. Mas, diferentemente de Helena, D. Úrsula lê um livro autorizado pelo sexo masculino para a leitura das mulheres do século XIX:

Na seguinte manhã, Estácio levantou-se tarde e foi direito à sala de jantar, onde encontrou D. Úrsula, pachorrentamente sentada na poltrona de seu uso, ao pé de uma janela, a ler um tomo do *Saint-Clair das ilhas*, enternecida pela centésima vez com as tristezas dos desterrados da ilha da Barra; boa gente e moralíssimo livro, ainda que enfadonho e maçudo, como outros de seu tempo. Com ele matavam as matronas daquela quadra muitas horas compridas do inverno, com ele se encheu muito serão pacífico, com ele se desafogou o coração de muita lágrima sobressalente (ASSIS, s.d, p.09).

Saint-Clair das ilhas é uma novela escrita por Elizabeth Helme e impressa em 1803 na Inglaterra. Preencheu o ócio de muitas mulheres da burguesia. Pode ser observado também pelo fragmento destacado que o livro era considerado moralíssimo, logo era uma leitura “permitida” para as mulheres do século XIX. Essa autorização, as mulheres obteriam conseguiam dos homens, pois se considerava que eles sabiam escolher e julgar as leituras das mulheres.

Havia também, o controle da Igreja Católica sobre as obras publicadas, pois a Igreja estava preocupada a assegurar que a população seguisse a sua ideologia. Controlar o que a população lia, significava exercer poder acerca da produção de conhecimento (SILVA, 2010). Assim, saber o que os fiéis estavam lendo, possibilitava à Igreja saber exatamente como proceder em seus discursos e assegurar a manutenção da ideologia católica. Dessa forma, controlar o conhecimento de uma população denota garantir que esse grupo de pessoas reproduza aquilo que seu controlador deseja, no caso, o controlador era a Igreja Católica.

Outra questão presente no fragmento e que julgamos importante ressaltar é o fato que D. Úrsula lia e relia a novela *Saint-Clair das ilhas* várias vezes, esse fato pode ser explicado porque é recente a concepção de que um bom leitor é aquele que lê vários textos:

Durante séculos a quantidade de impressos disponível era pequena. Seu preço, elevado, e o livro, muitas vezes, sacralizado – mesmo que não tratasse de tema religioso. O bom leitor era aquele que lia pouco, lia com frequência e meditava muito sobre os escritos. Ler muito poderia ser visto como um problema – até mesmo para a saúde (ABREU, 2001 p. 02).

Percebemos assim, que as práticas de leituras das mulheres oitocentistas consistiam também na repetição da leitura e no fenômeno catártico, pois, D. Úrsula, ficava “enternecida pela centésima vez com as tristezas dos desterrados da ilha da Barra”. Aliás, D. Úrsula, bem como as mulheres pertencentes à sociedade burguesa, podiam se dá esse privilégio, pois tinham uma posição social elevada: tinham tempo de ler e de se comover com as tristezas alheias.

Na obra *Iaiá Garcia* não há tantas cenas de leituras de mulheres como em *Helena*, nesta obra é apresentado um grande leitor: o personagem Luís Garcia, pois o narrador afirma que “era leitor de boa casta, dos que casam a reflexão à impressão, quando acabava a leitura, recompunha o livro, incrustava-o por assim dizer, no cérebro; embora sem rigoroso método, essa leitura reticou-lhe algumas idéias e lhe completou outras, que só tinha por intuição” (ASSIS, s.d, p. 43). Considerado um “leitor de boa casta”, Luís Garcia, mesmo não tendo poder aquisitivo para adquirir seus livros, os pegava emprestado com Jorge. Isso demonstra que o interesse pela leitura não era privilégio da elite. Aliás, ter uma condição financeira privilegiada não era (e nem é) sinônimo para ser um bom leitor. Na obra *Iaiá Garcia*, por exemplo, Jorge possuía os livros lidos por Luís Garcia, entretanto não era considerado um “leitor de boa casta”, pois em alguns momentos da obra em estudo, Jorge é representado como um leitor que lê sem dar importância às suas leituras:

Gastou as primeiras horas da noite a folhear dez ou doze tomos, lendo a troncos duas ou três páginas de cada um, abertas ao acaso, e trinta vezes interrompido. Quando os olhos estavam mais atentos na página aberta, o espírito saía pé ante pé e deitava a correr pela infinita campanha dos sonhos vagos. Voltava de quando em quando; e os olhos que haviam chegado mecanicamente ao fim da página tornavam ao princípio, a reatar o fio da atenção. Como se a culpa fosse do livro, trocava-o por outro, e ia da Filosofia à História, da crítica à poesia, saltando de uma língua a outra, e de um século a outro século, sem outra lei mais do que o acaso (ASSIS, s.d, p. 40).

Quanto às práticas de leituras femininas da obra está presente em uma cena em que Jorge vai visitar Luís Garcia: “Jorge foi conduzido até a cadeira onde se achava estirado Luís Garcia, entre duas outras, uma com um trabalho de agulha em cima, outra com um livro aberto” (ASSIS, s.d, p. 39).

Essa cena de leitura flagrada por Jorge demonstra que a leitura feminina estava presente em meio aos trabalhos domésticos. Não se pode esquecer também que as mulheres supracitadas são Iaiá (quem lê) e Estela (quem tece), ambas não pertenciam a uma classe social privilegiada, como as personagens estudadas na obra *Helena*. Além disso, como afirmado anteriormente, quem gozava de muito tempo para as leituras, eram as mulheres pertencentes à sociedade burguesa, pois as de classes menos favorecidas, geralmente não contavam com a ajuda de uma empregada doméstica para ajudar a administrar o lar.

5 Considerações Finais

Por acreditar que a leitura acompanha o perfil do leitor, iniciamos essa pesquisa acerca da representação de práticas de leitura feminina, através das personagens machadianas Helena, D. Úrsula e Iaiá Garcia. Como a época de ambientação dos romances estudados (*Helena e Iaiá Garcia*) é o século XIX, época em que a mulher era um ser submisso ao sexo masculino, podemos concluir diante das investigações realizadas que, a mulher vivia em uma esfera muito limitada e tão limitada como a autonomia oferecida pela sociedade oitocentista, eram suas práticas de leitura. Livros que exigissem reflexão como política e economia eram negados às mulheres. Refletir, ter a autonomia da escolha, só era permitido para eles, os homens, educados para ser o chefe ‘natural’ da família. Quanto a elas, as consideradas frágeis, suas leituras para preencher o ócio (para as mulheres da elite) deviam ser açucaradas e até bobas (como exemplo da personagem D. Úrsula, que lê várias vezes um livro considerado ‘ideal’ para a mulher oitocentista), pois a elas bastava saber administrar bem o lar e educar os filhos, e para tais ações a sociedade do século XIX acreditava que não era necessário saber mais que cozinhar, bordar, comandar as escravas, cumprir as exigências do marido, entre outras funções domésticas.

Assim, as mulheres brasileiras passaram um bom tempo da história, lendo somente aquilo que lhe eram oferecidos pelos homens (com algumas exceções, como a personagem Helena), com o objetivo (acreditamos nós) de manter o status limitado do feminino na sociedade.

Referências

ABREU, Márcia. **Diferentes formas de ler**. 2001. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/iel/memoria/Ensaios/Marcia/marcia.htm>>. Acesso em 07 abr. 2011.

AGUIAR, Vera Teixeira de. *et al.* **A formação do leitor: o papel das instituições de formação do professor para a educação fundamental**. São Paulo: Ministério da Educação e do Desporto, 1994.

ALMEIDA, Jane Soares de. **Ler as letras: por que educar meninas e mulheres?** Universidade Metodista de São Paulo. Autores Associados. 2007.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Helena**. Universidade da Amazônia. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ua000202.pdf>>. Acesso em: 28 mar. 2011. S.d.

ASSIS, Joaquim Maria Machado de. **Iaiá Garcia**. Ministério da cultura, Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://tvprudente.com.br/dominio_publico/livros/iaia_garcia.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011. S. d.

.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. Tradução de Sérgio Millet. 2ª ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BORTOLANZA, Ana Maria Esteves. **Práticas de leitura de mulheres: implicações pedagógicas para o ensino de leitura na escola**. 2009. Disponível em: <http://alb.com.br/arquivomorto/edicoes_anteriores/anais17/txtcompletos/sem19/COLE_863.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2011.

CHARTIER, Roger. **A história cultural** – entre práticas e representações. Portugal DIFEL, 2002. Tradução de Maria Manuela Galhardo. 2ª ed.

Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em:
<http://tvprudente.com.br/dominio_publico/livros/iaia_garcia.pdf>. Acesso em: 28 mar. 2011. S. d.

ISER, Wolfgang. **El acto de leer**: teoría del efecto estético. 1976.

LAJOLO, M. **Literatura: leitores & leitura**. São Paulo: Moderna, 2001.

LAJOLO, Marisa, ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3ª Ed. São Paulo: editora ática, 1999.

OLIVEIRA, Maria da Piedade Santos e SANTOS, Vania da Silva Fontes. A educação da mulher no século XIX. **Web artigos.com**, 2010. Disponível em:
<http://www.webartigos.com/articles/52658/1/A-Educacao-da-Mulher-no-Seculo-xix/pagina1.html>. Acesso em: 05 maio 2011.

PINA, Patrícia Kátia da Costa. **Literatura e jornalismo no oitocentos brasileiro**. Ilhéus: EDITUS, 2002.

PRIORE, Mary Del. **História das mulheres no Brasil**. 5ª Ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SANTOS, Josimare Francisco dos. As narrativas machadianas e a formação do leitorado feminino: as cenas de leitura em Helena, Iaiá Garcia, A mão e a luva e a interação entre texto e leitor. **Cadernos de Letras da UFF**. 2010. Disponível em:
<<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/40/artigo9.pdf> >. Acesso em: 30 mar. 2011.

SILVA, Fábio Gleiser Vieira. **A Igreja Católica e a Comunicação na Sociedade Midiatizada: Formação e Competência**. São Paulo 2010. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade Cásper Líbero. Disponível em:
http://www.casperlibero.edu.br/rep_arquivos/2011/02/23/1298482115.pdf. Acesso em: 05 jun.2011.